



CSC – Central de Serviços Compartilhados S.A.

Demonstrações Financeiras e
Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
CSC – Central de Serviços Compartilhados S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CSC – Central de Serviços Compartilhados S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSC – Central de Serviços Compartilhados S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

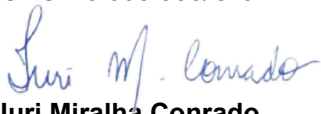
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024.

Atenciosamente,

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0



Iuri Miralha Conrado
Contador CRC-RJ 123.182/O-7

CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.055	3.424	Fornecedores		189	371
Contas a receber	5	1.787	2.053	Salários, provisões e contribuições sociais	9	2.694	2.748
Impostos e contribuições a recuperar	7	464	444	Impostos e contribuições a recolher	10	270	294
Outros créditos		<u>182</u>	<u>270</u>	Dividendos propostos		28	22
				Adiantamento de clientes		13	32
				Arrendamento a pagar	11	<u>183</u>	<u>343</u>
Total do ativo circulante		<u>6.488</u>	<u>6.191</u>	Total do passivo circulante		<u>3.377</u>	<u>3.810</u>
Direito de uso	8	<u>1.098</u>	<u>743</u>	Arrendamento a pagar	11	<u>937</u>	<u>445</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.098</u>	<u>743</u>	Total do passivo não circulante		<u>937</u>	<u>445</u>
				Patrimônio Líquido	12		
				Capital social		1.340	1.090
				Reservas de lucros		<u>1.932</u>	<u>1.589</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>3.272</u>	<u>2.679</u>
Total do ativo		<u>7.586</u>	<u>6.934</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>7.586</u>	<u>6.934</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

Demonstrações de resultados

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	13	<u>18.166</u>	<u>18.271</u>
Custo dos serviços prestados	14	<u>(17.582)</u>	<u>(17.530)</u>
Lucro líquido operacional		<u>584</u>	<u>741</u>
Resultado financeiro	15		
Despesas financeiras		(72)	(246)
Receitas financeiras		<u>352</u>	<u>288</u>
		<u>280</u>	<u>42</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>864</u>	<u>783</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	<u>(265)</u>	<u>(284)</u>
Resultado do exercício		<u>599</u>	<u>499</u>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		<u>0,4470</u>	<u>0,4578</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	599	499
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>599</u>	<u>499</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.090</u>	<u>75</u>	<u>1.020</u>	<u>-</u>	<u>2.185</u>
Integralização ao capital social - AGO 26/04/2021	-		-		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	499	499
Destinações:					-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5)	(5)
Reserva legal	-	25	-	(25)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	469	(469)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.090</u>	<u>100</u>	<u>1.489</u>	<u>-</u>	<u>2.679</u>
Integralização ao capital social - AGO 25/04/2023	250		(250)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	599	599
Destinações:					-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6)	(6)
Reserva legal	-	30	-	(30)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	563	(563)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.340</u>	<u>130</u>	<u>1.802</u>	<u>-</u>	<u>3.272</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	864	783
Ajustes de itens que não causaram impacto no caixa		
Depreciação arrendamento	361	446
Baixa dos contratos encerrados	(48)	30
Juros sobre arrendamentos	64	28
Provisão para devedores duvidosos	(2)	88
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	268	(445)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(20)	74
Outras contas a receber	88	(119)
Fornecedores	(182)	236
Salários, provisões e contribuições sociais	(54)	(75)
Impostos e contribuições a recolher	(289)	(226)
Adiantamento de clientes	13	32
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	-	(30)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.063	822
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de passivos de arrendamento (principal)	(432)	(471)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(432)	(471)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	631	351
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.424	3.073
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.055	3.424
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	631	351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A. ("CSC" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social e principal atividade a prestação de serviços de apoio administrativo, financeiro e técnico e serviços congêneres, para atender exclusivamente os seus acionistas e terceiros que explorem unidades de energia elétrica. A CSC tem sede em Rua Lauro Linhares, nº 2010 Ed. Comercial São Francisco, Bloco B, 1º andar, Bairro Trindade, Florianópolis, SC, CEP 88.036-002, tendo sido constituída em 29 de abril de 2009.

As operações da Sociedade são realizadas de forma complementar as atividades de seus acionistas, visando exclusivamente a prestação de serviços terceirizados, essas transações estão divulgadas na nota explicativa 6. O volume de operações da Sociedade e sua continuidade estão diretamente associados às decisões estratégicas da administração e de seus acionistas.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Sociedade estão apresentadas na nota explicativa 3.

A Administração entende que dispõe de todos os elementos necessários para que estas demonstrações financeiras sejam preparadas, com base no pressuposto de sua continuidade operacional.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 01 de abril de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial:*

As contas a receber de clientes foram reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c. Contas a receber de partes relacionadas e não relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas e não relacionadas são avaliadas no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente, visto que não há presunção de juros embutidos sobre estes recebíveis. Sobre estes montantes não foram identificados riscos de crédito, em função de se tratar de transação com partes relacionadas e não relacionadas. No exercício de 2023 a Sociedade registrou os valores superiores a 180 dias de atraso como provisão para crédito de liquidação duvidosa vide nota explicativa 5.

d. Contas a pagar a fornecedores

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Inicialmente reconhecidos com base no valor não descontado devido ao fornecedor e ao fim de cada exercício de divulgação, a Sociedade os avalia a fim de mensurá-los com base no valor que espera pagar.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade realiza a avaliação de provisão para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade.

A Sociedade presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Sociedade, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou,
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Após análise, a Sociedade não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável.

A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

h. Arrendamentos

O contrato de arrendamento é aquele que transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Sociedade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Sociedade.

i. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor presente pela prestação de serviços. A receita é reconhecida quando da prestação dos serviços, os quais são medidos em bases mensais.

Todos os contratos da Sociedade possuem características similares, descritas a seguir: (i) Serviços ou produtos determinados através da prestação de serviços mensal; (ii) Preços determinados em contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Sociedade entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

j. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas são continuamente avaliadas com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

k. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Sociedade adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Sociedade ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de leaseback	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Sociedade em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos bancários a vista	392	91
Aplicações financeiras	3.663	3.333
	<u>4.055</u>	<u>3.424</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remunerados a taxa de 102% (102% em 31 de dezembro 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

5 Contas a receber

	2023	2022
Transações com partes relacionadas (nota 6)	1.068	1.485
Contas a receber	805	656
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(86)	(88)
	<u>1.787</u>	<u>2.053</u>

Classificação por prazo de vencimento:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Vencidos a mais de 365 dias	47	-
Vencidos de 181 a 365 dias	10	-
Vencidos de 31 a 180 dias	12	78
Vencidos até 30 dias	25	216
A vencer até 30 dias	<u>1.693</u>	<u>1.759</u>
	<u>1.787</u>	<u>2.053</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade reconheceu como PCLD o montante de R\$ 86 (R\$ 88 em 31 de dezembro de 2022).

6 Partes Relacionadas

A Sociedade efetua a prestação de serviços, como descrito na Nota 1, principalmente para as Sociedades, acionistas e suas partes relacionadas. Os saldos contábeis dessas transações estão demonstrados no quadro a seguir:

	Contas a receber		Prestação de serviços (receita bruta)	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Acionistas				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	180	-	3.260	3.207
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	180	-	3.260	3.207
Partes relacionadas dos acionistas				
Consórcio Machadinho	41	38	518	503
Consórcio Empresarial Salto Pilão	110	106	1.391	1.330
Serra do Facão Energia S.A.	35	37	469	479
Consórcio Estreito Energia	56	54	719	689
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas	188	178	2.406	2.274
Foz do Chapecó Energia S. A.	10	18	108	109
CPFL SERVICOS	-	141	18	588
Transmissora de Energia Sul Brasil	121	-	1.468	-
CBA Energia Participações S.A	6	-	38	-
Pollarix S.A.	10	-	63	-
CPFL Transmissão	<u>133</u>	<u>913</u>	<u>177</u>	<u>2012</u>
	<u>1.068</u>	<u>1.485</u>	<u>13.893</u>	<u>14.401</u>

O saldo de contas a receber é realizado em até 30 dias, a partir do primeiro dia útil do mês seguinte e contempla somente os valores a receber pela prestação de serviços, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros.

Remuneração da administração

A remuneração do pessoal chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 739 (R\$ 552 em 31 de dezembro de 2022).

7 Impostos e contribuições a recuperar

	2023	2022
IRRF a compensar	153	120
CSLL a compensar	152	130
Imposto de renda sobre aplicação financeira	57	47
PIS a recuperar	14	22
COFINS a recuperar	88	125
	<u>464</u>	<u>444</u>

8 Direito de uso

A Sociedade possui somente contrato de arrendamento referente sua Sede e considera como componente de arrendamento o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Sociedade definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto desses fluxos é uma taxa de juros nominal, prontamente observável no mercado, adicionada do spread de risco da Sociedade. A Sociedade optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Por este motivo, apresenta um índice de 14,71% a.a.

a) Composição do direito de uso

	Vida útil	2023	2022
Imóvel	5 anos	1.098	197
Equipamentos	3 anos	<u>-</u>	<u>546</u>
		<u>1.098</u>	<u>743</u>

b) Movimentação do direito de uso

Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2021	1.181
Baixa contrato encerrado	(28)
Remensuração	36
Amortizações	(446)
Em 31 de dezembro de 2022	743
Novos contratos	1.176
Baixa contrato encerrado	(460)
Amortizações	(361)
Em 31 de dezembro de 2023	1.098

9 Salários, provisões e contribuições sociais

	2023	2022
Salários a pagar	374	389
INSS a recolher	184	186
FGTS a recolher	58	62
IRRF sobre salários	192	203
Provisão – Participação nos lucros e resultados	1.036	963
Provisão de férias e encargos	850	945
	<u>2.694</u>	<u>2.748</u>

10 Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1	1
Imposto Sobre Serviços - ISS	79	96
Programa de Integração Social - PIS	32	34
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	150	156
Outros	8	7
	<u>270</u>	<u>294</u>

11 Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui contratos vigentes de locação de imóvel. Esses contratos de locação, preveem pagamentos de aluguel fixo e mensal e foram enquadrados como passivo de arrendamento conforme CPC 06 (R2). Os valores dos contratos são reajustados anualmente de acordo com a variação do índice IGPM/FGV acumulado 12 meses.

	2023	2022
Passivos de arrendamentos - imóvel	1.526	619
Passivos de arrendamentos - equipamentos	-	203
AVP - direito de uso	<u>(406)</u>	<u>(34)</u>
	<u><u>1.120</u></u>	<u><u>788</u></u>
Passivo circulante	183	343
Passivo não circulante	937	445

Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021	<u><u>1.223</u></u>
Remensuração	36
Juros provisionados	30
Amortização principal	(471)
Amortização juros	<u>(30)</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u><u>788</u></u>
Adições	1.176
Baixa contrato encerrado	(412)
Juros provisionados	64
Amortização principal	(432)
Amortização juros	<u>(64)</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u><u>1.120</u></u>

O quadro abaixo apresenta a análise de seus contratos nas datas de vencimentos. Os valores estão apresentados com base nas prestações descontadas.

	2023	2022
Até uma ano	183	343
De uma dois anos	<u>937</u>	<u>445</u>
Total	<u>1.120</u>	<u>788</u>

12 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro 2023 e 2022 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, composto por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a seguinte composição:

	<u>2023</u>		
	Quantidade de ações	Valor	%
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	669.825	670	50
Campos Novos Energia S.A.	<u>669.825</u>	<u>670</u>	<u>50</u>
	<u>1.339.650</u>	<u>1.340</u>	<u>100</u>
	<u>2022</u>		
	Quantidade de ações	Valor	%
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	545.006	545	50
Campos Novos Energia S.A.	<u>545.006</u>	<u>545</u>	<u>50</u>
	<u>1.090.012</u>	<u>1.090</u>	<u>100</u>

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2023 as acionistas aprovaram, por unanimidade, aumento de capital social no montante de R\$ 250 por meio da emissão de 249.638 ações ordinárias e sem valor nominal, utilizando as reservas de lucros.

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de fazer face às obrigações decorrentes das operações da Sociedade.

Em 31 de dezembro 2023 a Sociedade apresenta excesso de reservas de lucros em relação ao capital social no montante de R\$ 592. A destinação será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária, atendendo o disposto no artigo nº 199 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei, após a constituição de 5% sobre o lucro líquido do exercício a título de reserva legal.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos do estatuto social, é como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	599	499
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(30)</u>	<u>(25)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u><u>569</u></u>	<u><u>474</u></u>
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>(6)</u>	<u>(5)</u>
Destinação para reserva de retenção de lucros	<u>563</u>	<u>469</u>

13 Receita líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2023	2022
Receita bruta - operações com partes relacionadas	13.893	14.401
Receita bruta - operações com partes não relacionadas	7.279	6.607
Impostos sobre prestação de serviços	<u>(3.007)</u>	<u>(2.737)</u>
Receita líquida	<u><u>18.166</u></u>	<u><u>18.271</u></u>

14 Custo dos serviços prestados

	2023	2022
Pessoal	(13.868)	(13.429)
Material	(142)	(99)
Serviços de terceiros	(2.642)	(2.859)
Aluguéis	(360)	(527)
Seguros	(54)	(8)
Tributos	(40)	(34)
Amortização direito de uso	(361)	(421)
Outros custos	(115)	(153)
	<u>(17.582)</u>	<u>(17.530)</u>

15 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receita com Aplicações Financeiras	320	245
Outras Receitas Financeiras	32	43
	<u>352</u>	<u>288</u>
Total receitas financeiras	<u>352</u>	<u>288</u>
Despesas financeiras		
Multas e juros	(7)	(1)
Iof sobre aplicacao financeira	(1)	(2)
AVP - direito de uso	(64)	(30)
Outras despesas financeiras	-	(213)
	<u>(72)</u>	<u>(33)</u>
Total despesas financeiras	<u>(72)</u>	<u>(33)</u>
	<u>280</u>	<u>255</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

A seguir, reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado do exercício:

	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	864	783
Alíquota fiscal combinada (15% de IR e 9% de CS) - %	<u>24%</u>	<u>24%</u>
	<u>(207)</u>	<u>(188)</u>
Adicional de IR – 10%	(62)	(54)
Exclusão/Adições	4	(42)
Efeito dos impostos no resultado do exercício	<u>(265)</u>	<u>(284)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>31%</u>	<u>36%</u>
	<u>(265)</u>	<u>(284)</u>

A Sociedade não possui prejuízos fiscais acumulados.

17 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2023 e 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	4.055	3.424
Contas a receber (nota 5)	<u>1.787</u>	<u>2.053</u>
	<u>5.842</u>	<u>5.477</u>

Risco de liquidez

É o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro 2023 e 2022 a Sociedade possui aplicações financeiras que são indexadas por taxas pós-fixadas de CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Sociedade.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Sociedade. O objetivo da Sociedade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos.

b. Instrumentos financeiros - Valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2023 e 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e são equivalentes aos seus respectivos valores justos.

c. Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta a classificação contábil dos instrumentos financeiros.

Ativos financeiros	2023	2022
<u>Valor justo por meio do resultado – VJR</u>		
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	3.663	3.333
<u>Custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos à vista	392	91
Contas a receber	1.787	2.053
	<u>5.842</u>	<u>5.477</u>
 Passivos financeiros	 2023	 2022
<u>Custo amortizado:</u>		
Fornecedores	189	371
	<u>189</u>	<u>371</u>

18 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não possui ações trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como possíveis, prováveis ou remotas, portanto, nenhuma provisão ou divulgação é requerida de acordo com o CPC 25.